

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

À MEDIDA QUE

EXPRESSA IDEIA DE **PROPORÇÃO**

PODE SUBSTITUIR POR
"À PROPORÇÃO QUE"

EX: À MEDIDA QUE O TEMPO
PASSA, ELE FICA MAIS FORTE

X

**NA MEDIDA
EM QUE**

EXPRESSA IDEIA DE **CAUSA**

PODE TAMBÉM SER USADA COMO
CONDIÇÃO OU PROPORÇÃO

PODE SER SUBSTITUÍDA POR: **"UMA VEZ QUE"**
"VISTO QUE", **"JÁ QUE"**, DENTRE OUTROS

OBS: AS BANCAS, EM GERAL,
COBRAM MAIS A EXPRESSÃO
COM IDEIA DE CAUSA

EX: NA MEDIDA EM QUE VOCÊ
ESTUDOU, PASSOU NO CONCURSO

LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

<p>POR QUE (PERGUNTA)</p>	<p>☞ EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL", "PELOS QUAIS"</p> <p>EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF?</p> <p>EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE</p>
<p>POR QUÊ (FIM DE FRASE)</p>	<p>☞ É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS</p> <p>EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ?</p> <p>EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?</p>
<p>PORQUE (RESPOSTA)</p>	<p>☞ CORRESPONDE A UMA EXPLICAÇÃO OU UMA CAUSA (POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO. .)</p> <p>EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO</p> <p>EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR</p>
<p>PORQUÊ (SUBSTANTIVO)</p>	<p>☞ EQUIVALE A UM SUBSTANTIVO (É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO"</p> <p>EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA</p> <p>EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO</p>

LÍNGUA PORTUGUESA

VERBOS

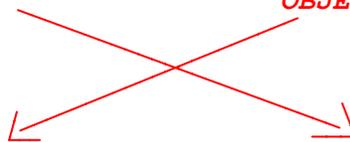
CONVERSÃO DA VOZ ATIVA PARA A VOZ PASSIVA

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA NA VOZ PASSIVA ANALÍTICA

- 👉 O SUJEITO SE TRANSFORMA EM AGENTE DA PASSIVA
- 👉 O OBJETO DIRETO SE TRANSFORMA NO SUJEITO DA PASSIVA
- 👉 O VERBO TRANSITIVO SE TRANSFORMA EM LOCUÇÃO VERBAL

EXEMPLO:

O TREINADOR ALTEROU O HORÁRIO DO JOGO
SUJEITO OBJETO DIRETO



O HORÁRIO DO JOGO FOI ALTERADO PELO TREINADOR
SUJEITO PACIENTE (SER + PARTICÍPIO) AGENTE DA PASSIVA

- 👉 O SUJEITO (O TREINADOR) PASSA PARA AGENTE DA PASSIVA (PELO TREINADOR)
- 👉 O OBJETO DIRETO PASSA PARA SUJEITO DA PASSIVA (O HORÁRIO DO JOGO)
- 👉 O VERBO TRANSITIVO (ALTEROU) PASSA PARA LOCUÇÃO VERBAL (FOI ALTERADO)

LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

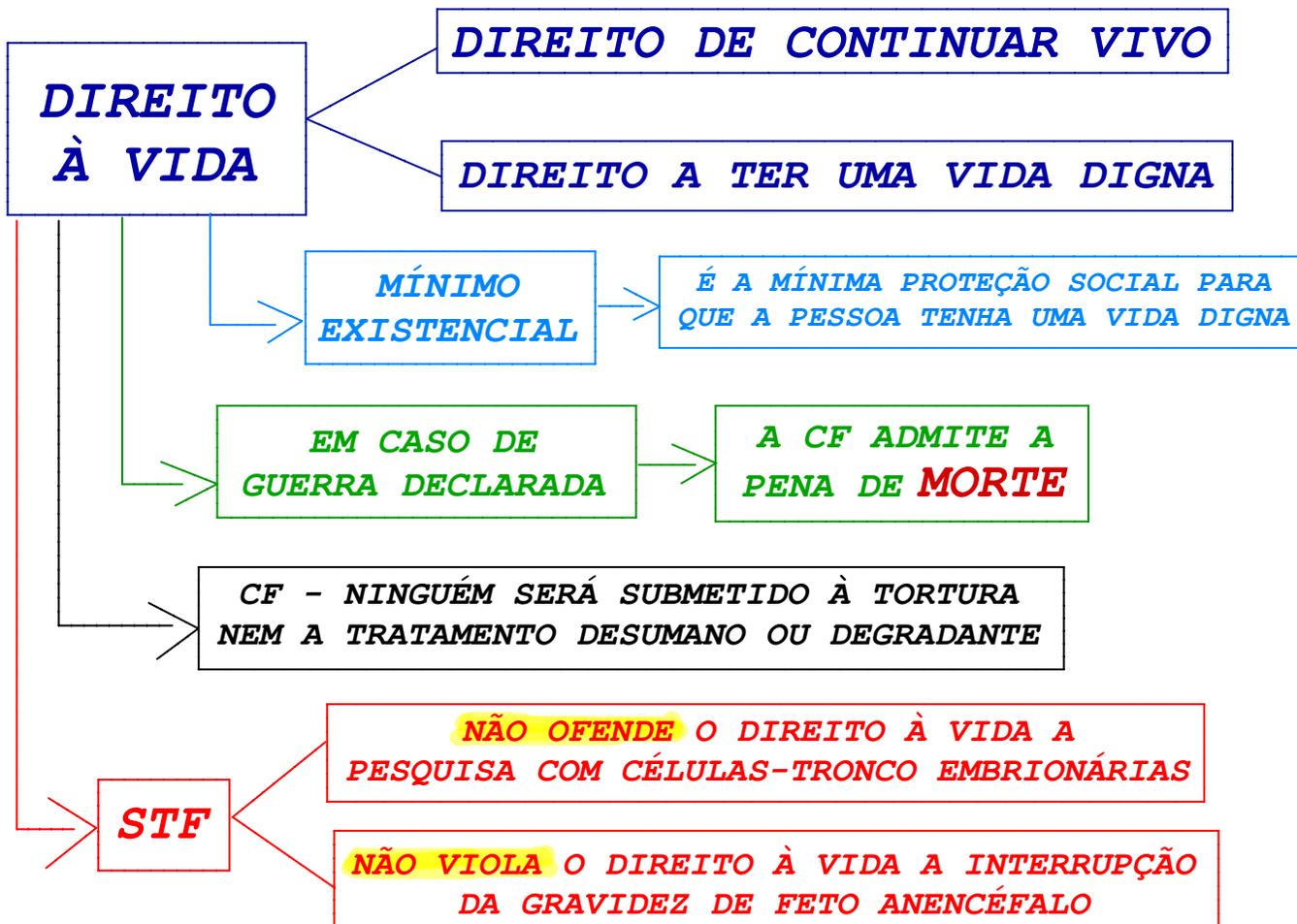
ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL
SOMENTE SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS	SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS ABSTRATOS ✓ ADJETIVOS ✓ ADVÉRBIOS
PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO	É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO
PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:	
◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE: SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL	◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE: SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL
◆ SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ PODE INDICAR POSSE	◆ NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ NÃO PODE INDICAR POSSE
EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)	EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO À VIDA



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

👉 **CONCEITO - NINGUÉM SERÁ OBRIGADO A FAZER OU DEIXAR DE FAZER ALGUMA COISA SENÃO EM VIRTUDE DE LEI**

APLICA-SE DE MODO DIFERENTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AOS PARTICULARES

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SÓ PODE FAZER O QUE A LEI PREVÊ

OS PARTICULARES PODEM FAZER TUDO O QUE A LEI NÃO PROÍBE

LEGALIDADE

É MAIS AMPLO, ABRANGENDO LEIS E OUTROS ATOS NORMATIVOS

X

**RESERVA
LEGAL**

É MAIS RESTRITO, ABARCANDO APENAS AS LEIS EM SENTIDO **ESTRITO (FORMAL)**

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

☞ SÃO NORMAS PARA QUE O LEGISLADOR TIPIFIQUE DETERMINADAS CONDUTAS

CRIMES	INAFIANÇÁVEIS	IMPRESCRITÍVEIS	INSUSCITÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
TERRORISMO/ TORTURA/TRÁFICO DE DROGAS + CRIMES HEDIONDOS			
RACISMO + AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS			

OBS: A CF NÃO TIPIFICA CRIMES

DIREITO CONSTITUCIONAL

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

PEGADINHAS MAIS COBRADAS EM PROVA



SEGURIDADE SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIREITO PROCESSUAL	PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	EDUCAÇÃO
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE

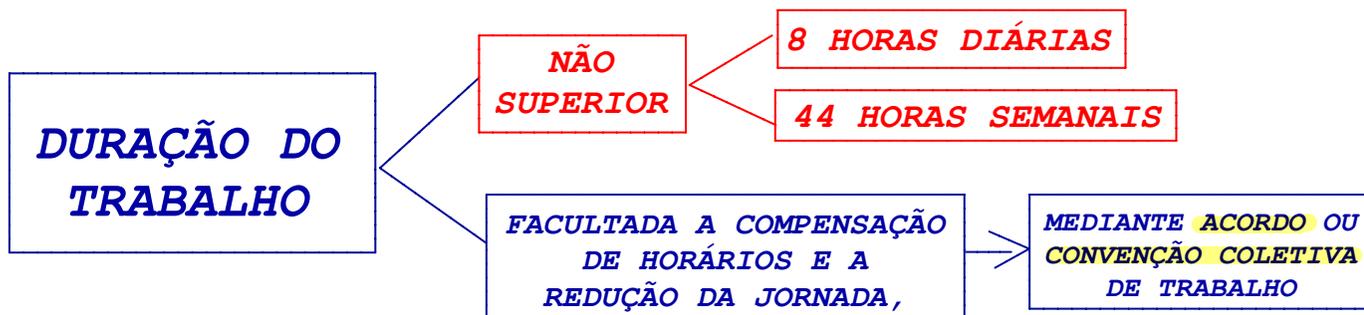


TRÂNSITO E TRANSPORTE	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRÂNSITO
PRIVATIVA DA UNIÃO	COMUM

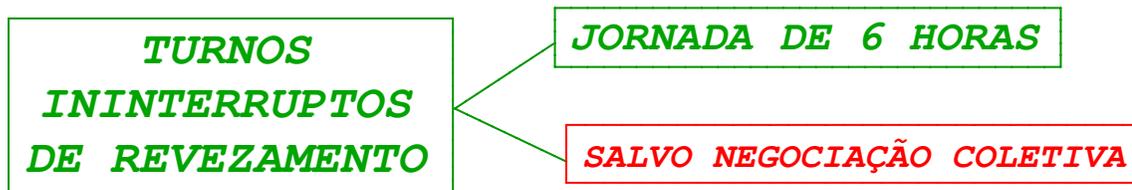
DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS SOCIAIS

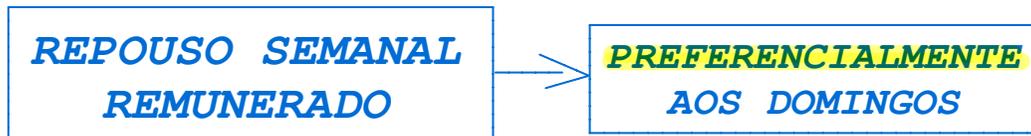
DURAÇÃO DO TRABALHO



TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO



REPOUSO SEMANAL REMUNERADO



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ATOS ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS (III)

ATO VÁLIDO X ANULÁVEL X NULO X INEXISTENTE



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

AUTARQUIAS (I)

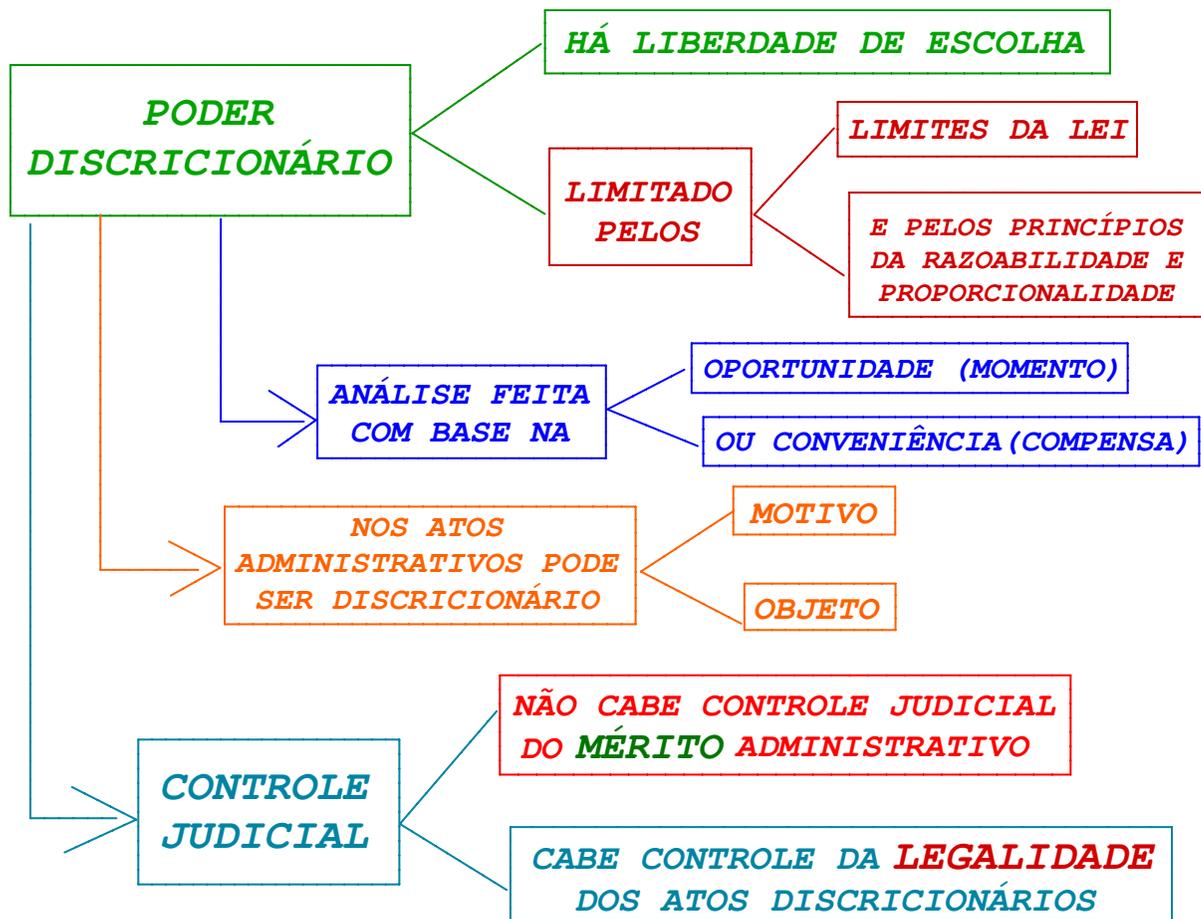
CARACTERÍSTICAS



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

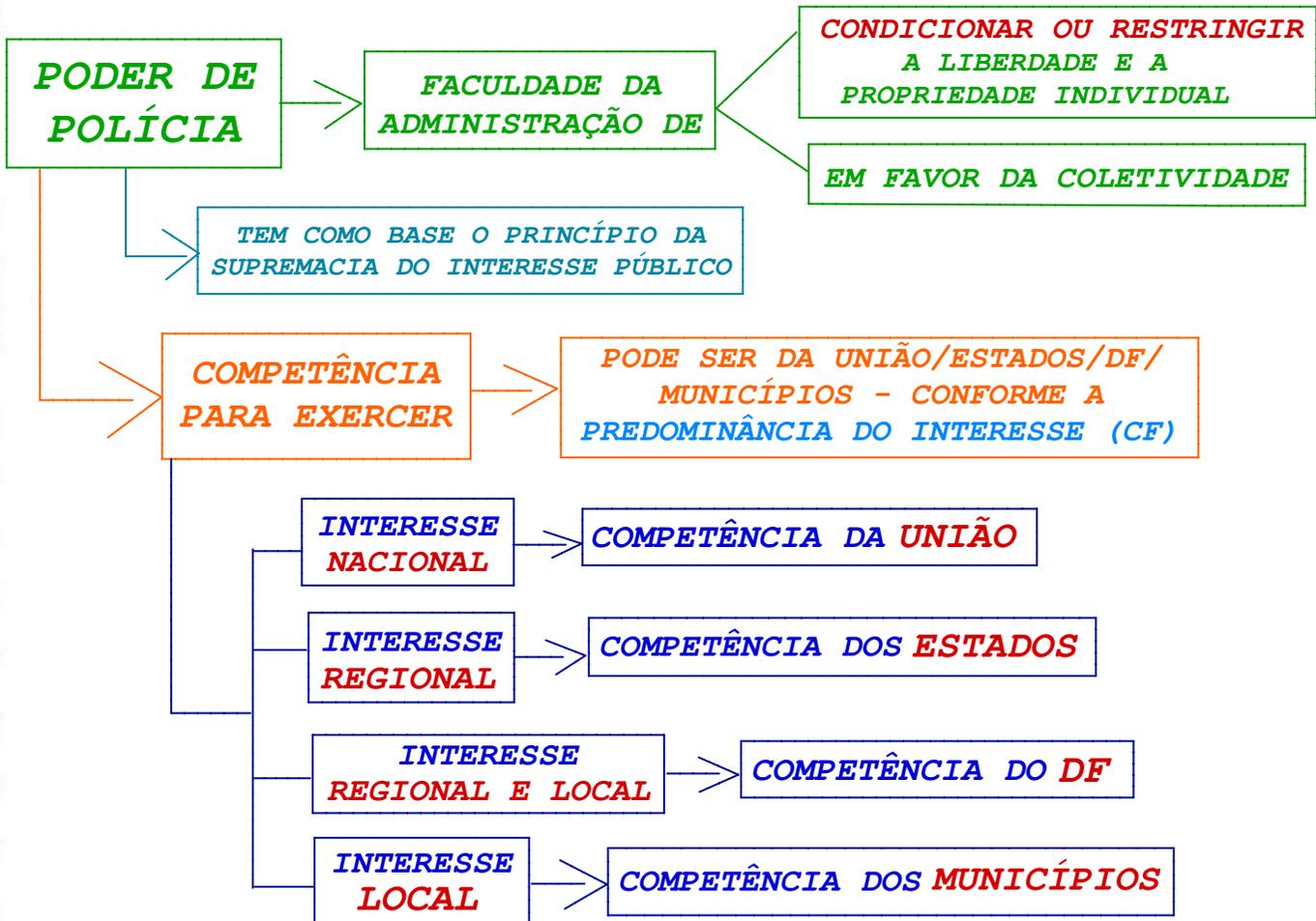
PODER DISCRICIONÁRIO



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

PODER DE POLÍCIA



INFORMÁTICA

REDE DE COMPUTADORES

TIPOS DE REDE

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À ÁREA GEOGRÁFICA

SIGLA	DESCRIÇÃO
PAN (PERSONAL AREA NETWORK)	<p>☞ REDE DE COMPUTADORES LOCALIZADOS EM UMA ÁREA PESSOAL (CELULARES, COMPUTADORES, TABLET, ETC.)</p> <p>☞ ABRANGE UM ESPAÇO PEQUENO - DISTÂNCIA DE ALGUNS CENTÍMETROS A POUCOS METROS</p>
LAN (LOCAL AREA NETWORK)	<p>☞ REDE DE COMPUTADORES LOCAL (CASAS, PRÉDIOS, ESCRITÓRIOS E ETC.)</p> <p>☞ ABRANGE UM DISTÂNCIA DE ALGUMAS CENTENAS DE METROS A ALGUNS QUILOMETROS</p>
MAN (METROPOLITAN AREA NETWORK)	<p>☞ REDE DE COMPUTADORES ENTRE LOCAIS DISTINTOS (EX: ENTRE UMA MATRIZ E FILIAIS EM UMA CIDADE)</p> <p>☞ ABRANGE UMA DISTÂNCIA DE ALGUMAS DEZENAS DE QUILOMETROS</p>
WAN (WIDE AREA NETWORK)	<p>☞ REDE DE COMPUTADORES QUE ABRANGE UMA GRANDE ÁREA GEOGRÁFICA (ENTRE CIDADES, PAÍSES E CONTINENTES)</p> <p>☞ ABRANGE UMA DISTÂNCIA DE CENTENAS A MILHARES DE QUILOMETROS</p>

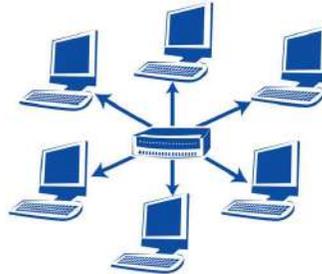
INFORMÁTICA

REDE DE COMPUTADORES

TIPOS DE REDE - QUANTO À TOPOLOGIA/LAYOUT

ESTRELA (STAR)

🔥 É A MAIS COBRADA 🔥



👉 AS ESTAÇÕES ESTÃO LIGADAS A UM NÓ CENTRAL CONTROLADOR, PELO QUAL PASSAM TODAS AS MENSAGENS.

👉 NÃO HÁ TRÁFEGO DIRETO ENTRE OS DISPOSITIVOS

👉 O ENLACE ENTRE AS ESTAÇÕES E O NÓ CENTRAL É PONTO-A-PONTO

👉 VANTAGENS:

✓ MAIOR TOLERÂNCIA A FALHAS - O DEFEITO NA ESTAÇÃO NÃO AFETA O RESTANTE DA REDE

✓ FACILIDADE PARA IDENTIFICAR/ISOLAR AS FALHAS

✓ FÁCIL ADICIONAR ESTAÇÕES

👉 DESVANTAGENS:

✓ SE O DISPOSITIVO CENTRAL FALHAR, TODA A REDE SERÁ PREJUDICADA

✓ INSTALAÇÃO MAIS CARA, POIS REQUER MAIS CABOS

INFORMÁTICA

CORREIO ELETRÔNICO

WEBMAIL

WEBMAIL

É UM MODO/FORMA DE ACESSAR O SERVIÇO DE CORREIO ELETRÔNICO POR MEIO DA WEB (UTILIZANDO UM NAVEGADOR E UM COMPUTADOR CONECTADO À INTERNET)

TODAS AS MENSAGENS FICAM ARMAZENAS EM PASTAS NO SERVIDOR DE E-MAIL (NO CLIENTE DE E-MAIL, FICAM ARMAZENADAS NA MÁQUINA DO USUÁRIO)

EM SÍNTESE, O WEBMAIL TRATA-SE APENAS DE UMA PÁGINA WEB CAPAZ DE FORNECER UMA INTERFACE ENTRE O CLIENTE E O SERVIDOR DE E-MAIL

UTILIZAM O PROTOCOLO HTTP/HTTPS

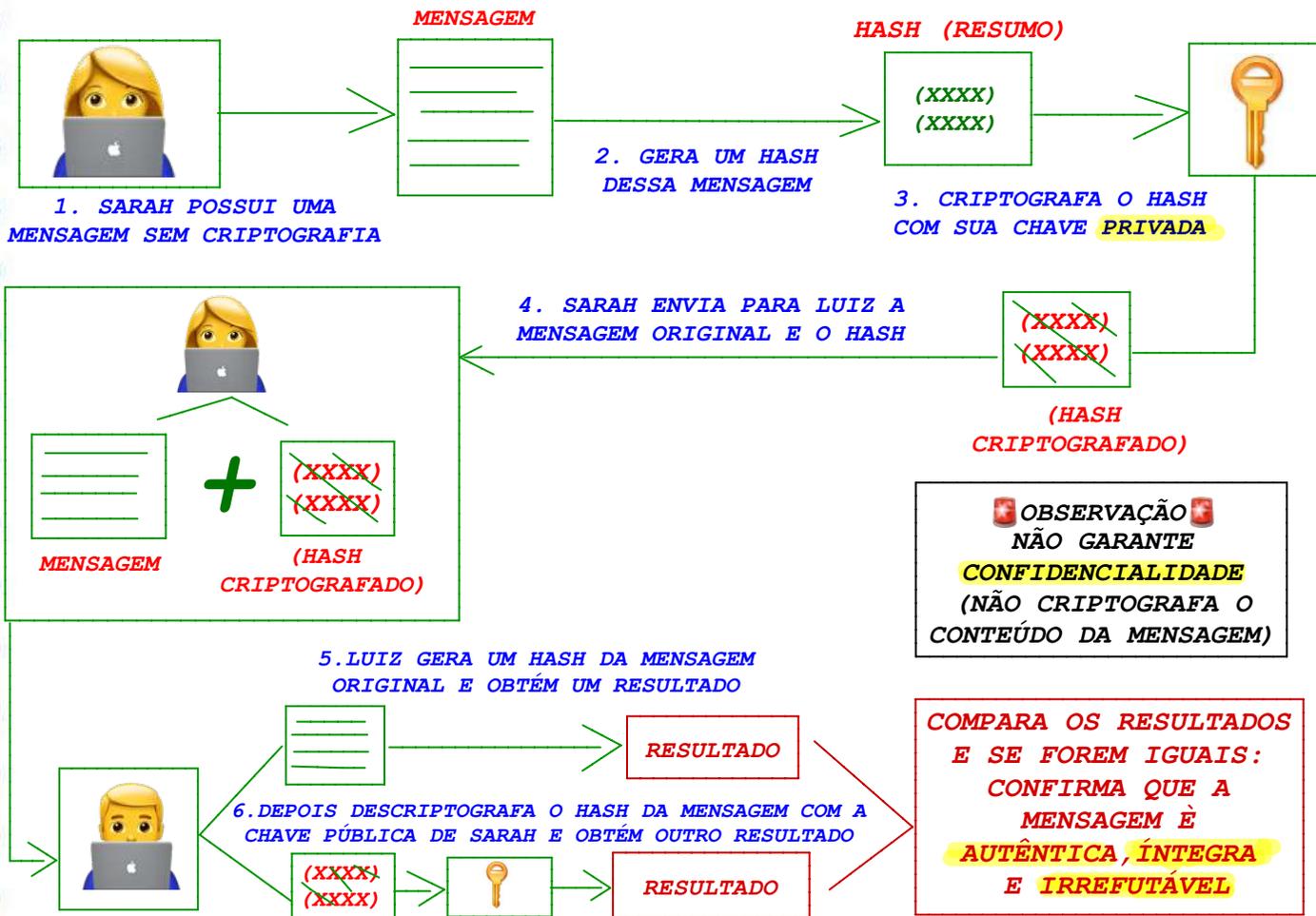
MAIOR
VANTAGEM

CAPACIDADE DE ENVIAR E RECEBER CORREIOS ELETRÔNICOS DE QUALQUER LUGAR

INFORMÁTICA

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

FUNCIONAMENTO DA ASSINATURA DIGITAL



DIREITO PENAL

TEORIA DO CRIME

TIPICIDADE



É A ADEQUAÇÃO DA CONDUTA DO AGENTE
A UMA PREVISÃO TÍPICA

ADEQUAÇÃO IMEDIATA - A CONDUTA DO AGENTE É
EXATAMENTE AQUELA PREVISTA NA NORMA PENAL

ADEQUAÇÃO MEDIATA - A CONDUTA DO AGENTE NÃO
É EXATAMENTE AQUELA PREVISTA NA NORMA PENAL

DEVE HAVER UMA NORMA DE EXTENSÃO



OCORRÊNCIA DE UMA OFENSA SIGNIFICATIVA
AO BEM JURÍDICO TUTELADO

NÃO HÁ
TIPICIDADE
MATERIAL

QUANDO A CONDUTA, AINDA QUE
FORMALMENTE TÍPICA, NÃO AFETA
SIGNIFICATIVAMENTE O BEM JURÍDICO

EX - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

PECULATO

(PECULATO-APROPRIAÇÃO)

APROPRIAR-SE O FUNCIONÁRIO PÚBLICO DE DINHEIRO, VALOR OU QUALQUER OUTRO BEM MÓVEL, PÚBLICO OU PARTICULAR

DE QUE TEM A POSSE EM RAZÃO DO CARGO

(PECULATO-DESVIO)

OU DESVIÁ-LO, EM PROVEITO PRÓPRIO OU ALHEIO

APLICA-SE A MESMA PENA, SE O FUNCIONÁRIO PÚBLICO

EMBORA NÃO TENDO A POSSE DO DINHEIRO, VALOR OU BEM

O SUBTRAI, OU CONCORRE PARA QUE SEJA SUBTRAÍDO

EM PROVEITO PRÓPRIO OU ALHEIO, VALENDO-SE DE FACILIDADE QUE LHE PROPORCIONA A QUALIDADE DE FUNCIONÁRIO

PECULATO

PECULATO
FURTO

CABE TENTATIVA
NESSES 3 TIPOS
DE PECULATOS

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

CONCUSSÃO



DIREITO PENAL

DICA - CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

DENUNCIÇÃO CALUNIOSA



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

CARACTERÍSTICAS

ESCRITO

TODOS OS ATOS DEVERÃO SER **ESCRITOS**

INDISPONÍVEL

AUTORIDADE POLICIAL **NÃO PODE**
MANDAR ARQUIVAR O INQUÉRITO

INQUISITIVO

NÃO HÁ CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

DISPENSÁVEL

A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL
PODE SER REALIZADA SEM ELE

DISCRICIONÁRIO

CABE A AUTORIDADE POLICIAL CONDUZIR O
INQUÉRITO DA MANEIRA QUE ENTENDER SER
MELHOR PARA AS INVESTIGAÇÕES

OFICIAL

CONDUZIDA POR ÓRGÃO OFICIAL

SIGILOSO

DEVE TRAMITAR EM SIGILO
PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS

OFICIOSO

DEVE SER INSTAURADO DE **OFÍCIO** NOS CRIMES
DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

"EI IDOSO"



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

<i>* (EM DIAS) *</i>	<i>INVESTIGADO PRESO</i>	<i>INVESTIGADO SOLTO</i>
<i>REGRA GERAL</i>	<i>10</i>	<i>30</i>
<i>INQUÉRITO POLICIAL FEDERAL</i>	<i>15 + 15</i>	<i>30</i>
<i>LEI DE DROGAS</i>	<i>30 + 30</i>	<i>90 + 90</i>
<i>CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR</i>	<i>10</i>	<i>10</i>

DIREITO PROCESSUAL PENAL **DO EXAME DE CORPO DE DELITO**

CONCEITO

É A PERÍCIA QUE TEM COMO FINALIDADE COMPROVAR A EXISTÊNCIA (MATERIALIDADE) DAS **INFRAÇÕES QUE DEIXAM VESTÍGIOS**

MOMENTO

PODE OCORRER NA FASE INVESTIGATÓRIA OU NA FASE DE INSTRUÇÃO DO PROCESSO CRIMINAL

INDISPENSABILIDADE DO EXAME DE CORPO DE DELITO

**QUANDO A
INFRAÇÃO DEIXAR
VESTÍGIOS**

SERÁ INDISPENSÁVEL O EXAME DE CORPO DE DELITO

**NÃO PODENDO SUPRI-LO
A CONFISSÃO DO ACUSADO**

**JURISPRUDÊNCIA
ADMITE
QUALQUER PROVA**

**CASO TENHAM
DESAPARECIDO OS
VESTÍGIOS?**

**A PROVA TESTEMUNHAL
PODE SUPRIR A FALTA**

**NAS INFRAÇÕES DE
MENOR POTENCIAL
OFENSIVO**

ESTÁ DISPENSADO O EXAME DE CORPO DE DELITO

**DESDE QUE A INICIAL ESTEJA ACOMPANHADA DE
BOLETIM MÉDICO OU PROVA EQUIVALENTE**



PM-PA



RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

PROPOSIÇÕES

OPERADORES LÓGICOS OU CONECTIVOS

Os operadores lógicos ou conectivos são utilizados para a **criação de proposição compostas**, isto é, quando duas ou mais proposições são combinadas.

TABELA RESUMO

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos
Negação	\neg ou \sim (não é conectivo)	Não p	O caderno não é vermelho
Conjunção	\wedge	P e q	Luiz é advogado e Maria é Arquiteta
Disjunção Inclusiva	\vee	P ou q	Luiz é advogado OU Maria é Arquiteta
Disjunção Exclusiva	$\underline{\vee}$	Ou p ou q	Ou Luiz é advogado ou Maria é Arquiteta
Condicional	\rightarrow	Se p então q	SE Luiz é advogado ENTÃO Maria é Arquiteta
Bicondicional	\leftrightarrow	P se e somente se q	Luiz é advogado se e somente se Maria é Arquiteta

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

PROPOSIÇÕES

NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÃO COMPOSTAS

3.4 Negação de Condicional $P \rightarrow Q$

Para negar uma proposição condicional, **repete-se a primeira parte**, troca-se o conectivo por **“e”** e **nega-se a segunda parte**.

MNEMÔNICO : **MaNe** (mantém o primeiro, nega o segundo e troca os conectivos).

Exemplo:

Proposição Composta: Se sou inteligente, então passarei no concurso.

Negação: Sou inteligente **e não** passarei no concurso.

Assim, sabendo que a negação de $P \rightarrow Q$ pode ser escrita como $\sim(P \rightarrow Q)$, temos que $\sim(P \rightarrow Q) \Leftrightarrow P \wedge \sim Q$.

TABELA VERDADE:

P	Q	$P \rightarrow Q$	$\sim(P \rightarrow Q)$	$\sim Q$	$P \wedge \sim Q$
V	V	V	F	F	F
V	F	F	V	V	V
F	V	V	F	F	F
F	F	V	F	V	F

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

1.1 - VALIDADE DOS ARGUMENTOS DEDUTIVOS

→ A validade de um argumento está relacionada **apenas com a forma com a qual ele é construído**, sendo **irrelevante** saber se as premissas e a conclusão são de fato verdadeiras ou não no mundo real.

→ O argumento dedutivo **é válido** quando a conclusão é uma **consequência direta e inevitável das premissas**.

Premissa 1: todo cachorro mia.

Premissa 2: Thor é um cachorro.

Conclusão: Logo, Thor mia.

-- Perceba que apesar dos cachorros não miarem no mundo real, devemos considerar as premissas como verdadeiras. Assim, se é dito que todos os cachorros miam, temos como uma consequência inevitável que Thor, por ser um cachorro, também mia.

→ Por outro lado, temos como **INVÁLIDO** o argumento dedutivo que tem **uma conclusão FALSA mesmo se considerarmos verdadeiras as premissas**.

Premissa 1: todos os alunos são inteligentes.

Premissa 2: Alberto não é um aluno.

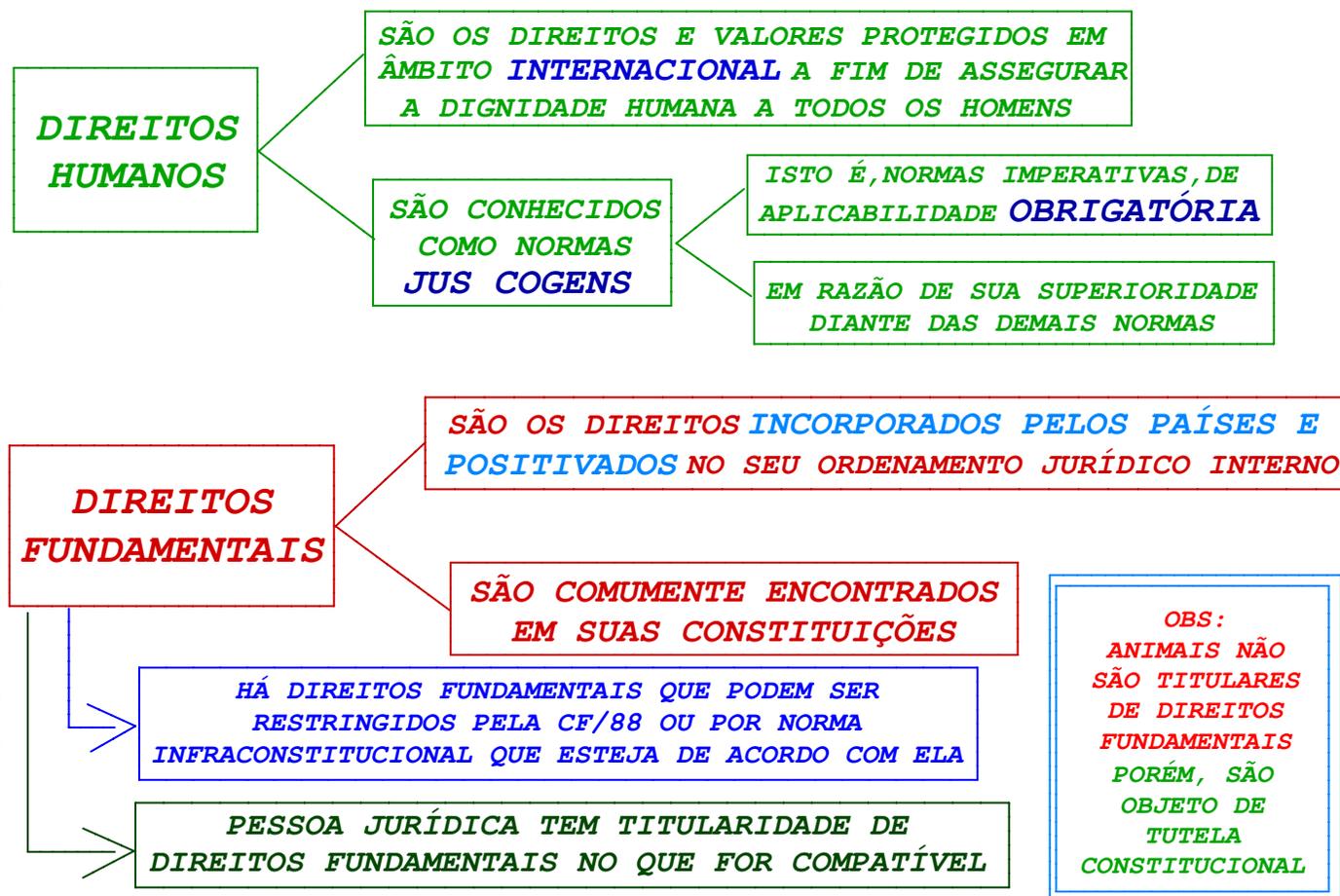
Conclusão: Logo, Alberto não é inteligente.

-- Note que a conclusão não é necessariamente verdadeira a partir do que é dito nas premissas, uma vez que Alberto pode ser inteligente mesmo não sendo um aluno.

DIREITOS HUMANOS

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS X DIREITOS FUNDAMENTAIS



DIREITOS HUMANOS

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS

CARACTERÍSTICAS

IMPRESCRITIBILIDADE

OS DIREITOS HUMANOS
NÃO SOFREM PRESCRIÇÃO

ELES **NÃO** SE EXAUREM COM
O DECORRER DO TEMPO

(STF)

TODAVIA, APLICA-SE A PRESCRIÇÃO À
PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DESSES DIREITOS

EXCETO SE DECORRENTE DE
PERSEGUIÇÃO, TORTURA E
PRISÃO DO PERÍODO MILITAR

INDISPONIBILIDADE/ IRRENUNCIABILIDADE

É PROIBIDO DISPOR DOS DIREITOS HUMANOS,
MESMO QUE SEU TITULAR ASSIM QUEIRA

A RENÚNCIA POR PARTE DO TITULAR É **NULA**

INALIENABILIDADE

OS DIREITOS HUMANOS **NÃO** PODEM
SER ALVO DE CONSUMO OU ALIENAÇÃO

SENDO **INVIÁVEL** SUA CESSÃO À
OUTREM, GRATUITA OU REMUNERADA

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

ESTATUTO DO DESARMAMENTO

REGISTRO

➔ **É OBRIGATÓRIO** O REGISTRO DE ARMA DE FOGO NO ÓRGÃO COMPETENTE

AS ARMAS DE
FOGO DE USO
RESTRITO

SERÃO REGISTRADAS NO
COMANDO DO EXÉRCITO
(SIGMA)

AS ARMAS DE
FOGO DE USO
PERMITIDO

SERÃO REGISTRADAS NA **POLÍCIA FEDERAL**
(SINARM)

CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO

✓ **AUTORIZA O SEU
PROPRIETÁRIO A
MANTER A ARMA DE
FOGO EXCLUSIVAMENTE**

NO INTERIOR DE SUA RESIDÊNCIA OU DOMICÍLIO

NAS DEPENDÊNCIA DESSES

NO SEU LOCAL DE TRABALHO

➔ **DESDE QUE SEJA ELE O TITULAR OU O RESPONSÁVEL
LEGAL PELO ESTABELECIMENTO OU EMPRESA**

➔ **O CERTIFICADO TERÁ VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

➔ **SERÁ EXPEDIDO PELA POLÍCIA FEDERAL**

➔ **PRECEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DO SINARM**

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

LEI DE DROGAS

ART. 35 - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO

➔ ASSOCIAREM-SE DUAS OU MAIS PESSOAS PARA O FIM DE PRATICAR, REITERADAMENTE OU NÃO, QUALQUER DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 33, CAPUT E § 1º (TRÁFICO E EQUIPARADOS), E 34 DESTA LEI (MEIOS MATERIAIS PARA O PREPARO DA DROGA):

PENA - RECLUSÃO, DE 3 A 10 ANOS, E PAGAMENTO DE 700 A 1.200 DIAS-MULTA

NAS MESMAS PENAS INCORRE QUEM SE ASSOCIA PARA A PRÁTICA REITERADA DE FINANCIAMENTO OU CUSTEIO DO TRÁFICO

NÃO É NECESSÁRIA A CONSUMAÇÃO DO TRÁFICO PARA CONFIGURAR A ASSOCIAÇÃO

STJ - ESSE CRIME NÃO É EQUIPARADO A HEDIONDO

NÃO CONFUNDA

ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA	ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO
PELO MENOS 3 AGENTES	PELO MENOS 2 AGENTES
ASSOCIAM-SE PARA PRÁTICA DE DIVERSOS CRIMES	ASSOCIAM-SE PARA PRATICAR UM ÚNICO DELITO
ART. 288 CP	ART. 35 LEI DE DROGAS

DIREITO PENAL MILITAR

APLICAÇÃO DE LEI PENAL MILITAR

PRINCÍPIO DE LEGALIDADE

**NÃO HÁ
CRIME**

SEM LEI ANTERIOR QUE O DEFINA

NEM PENA SEM PRÉVIA COMINAÇÃO LEGAL.

LEI SUPRESSIVA DE INCRIMINAÇÃO

**NINGUÉM PODE
SER PUNIDO
POR FATO**

**QUE LEI POSTERIOR DEIXA DE CONSIDERAR CRIME,
CESSANDO, EM VIRTUDE DELA, A PRÓPRIA VIGÊNCIA DE
SENTENÇA CONDENATÓRIA IRRECORRÍVEL,**

SALVO QUANTO AOS EFEITOS DE NATUREZA CIVIL

RETROATIVIDADE DE LEI MAIS BENIGNA

**A LEI POSTERIOR QUE, DE
QUALQUER OUTRO MODO,
FAVORECE O AGENTE**

**APLICA-SE RETROATIVAMENTE, AINDA
QUANDO JÁ TENHA SOBREVINDO SENTENÇA
CONDENATÓRIA IRRECORRÍVEL**

APURAÇÃO DA MAIOR BENIGNIDADE

**PARA SE
RECONHECER QUAL A
MAIS FAVORÁVEL**

**A LEI POSTERIOR E A ANTERIOR DEVEM
SER CONSIDERADAS SEPARADAMENTE**

**CADA QUAL NO CONJUNTO DE SUAS
NORMAS APLICÁVEIS AO FATO**

DIREITO PENAL MILITAR

DO CRIME

ERRO DE FATO

É ISENTO DE PENA QUEM, AO PRATICAR O CRIME, SUPÕE,

POR ERRO PLENAMENTE ESCUSÁVEL

A INEXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA DE FATO QUE O CONSTITUI OU A EXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO DE FATO QUE TORNARIA A AÇÃO LEGÍTIMA

(ERRO CULPOSO)

SE O ERRO DERIVA DE CULPA

A ESTE TÍTULO RESPONDE O AGENTE, SE O FATO É PUNÍVEL COMO CRIME CULPOSO

(ERRO PROVOCADO)

SE O ERRO É PROVOCADO POR TERCEIRO

RESPONDERÁ ESTE PELO CRIME, A TÍTULO DE DOLO OU CULPA, CONFORME O CASO

ERRO DE DIREITO

A PENA PODE SER ATENUADA OU SUBSTITUÍDA POR OUTRA MENOS GRAVE QUANDO O AGENTE

SUPÕE LÍCITO O FATO, POR IGNORÂNCIA OU ERRO DE INTERPRETAÇÃO DA LEI, SE ESCUSÁVEIS

SALVO EM SE TRATANDO DE CRIME QUE ATENTE CONTRA O DEVER MILITAR

DIREITO PENAL MILITAR
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

ESPÉCIES DE PRESCRIÇÃO

◆ A PRESCRIÇÃO REFERE-SE À AÇÃO PENAL OU À EXECUÇÃO DA PENA

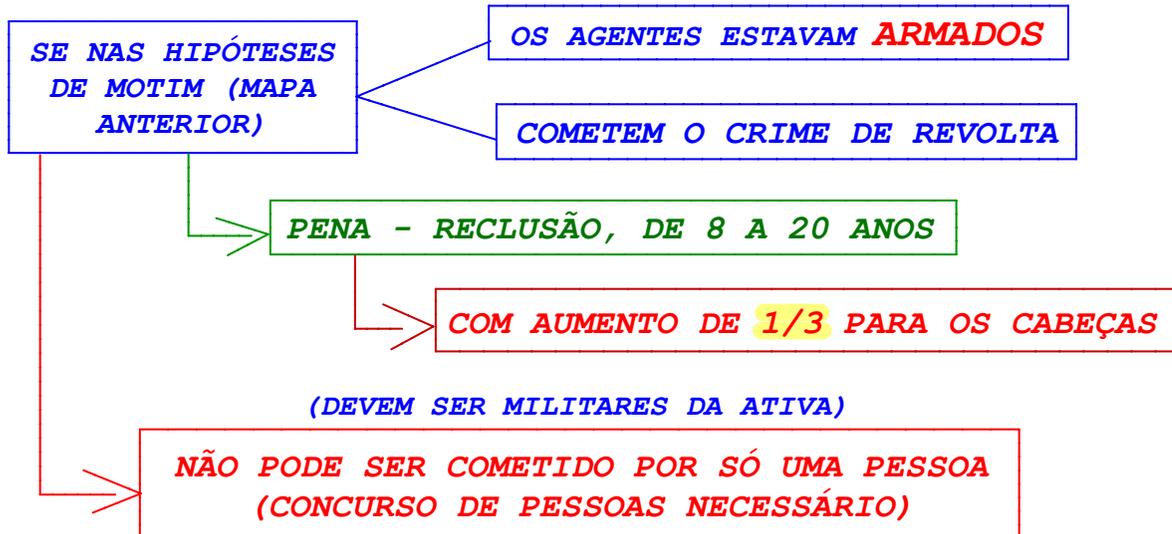
PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PENAL

A AÇÃO PENAL PRESCREVE EM...	SE A PENA MÁXIMA COMINADA FOR DE...
30 ANOS	MORTE
20 ANOS	+ 12 ANOS
16 ANOS	+ 8 ATÉ 12 ANOS
12 ANOS	+ 4 ATÉ 8 ANOS
8 ANOS	+ 2 ATÉ 4 ANOS
4 ANOS	1 ATÉ 2 ANOS
2 ANOS	MENOS DE 1 ANO

DIREITO PENAL MILITAR

CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR

REVOLTA



🔥 DIFERENÇA ENTRE MOTIM E REVOLTA 🔥

MOTIM → SEM ARMAS

REVOLTA → COM ARMAS → NÃO É NECESSÁRIO UTILIZÁ-LAS

DIREITOS HUMANOS

**POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E
PROGRAMAS NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS**

POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

**POLÍTICA
NACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS**

**POLÍTICA VOLTADA A GARANTIR DIREITOS HUMANOS
ESSENCIAIS, ATRELADAS ÀS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

**OBJETIVO É QUE O ESTADO APLIQUE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA IMPLEMENTAR OS DIREITOS HUMANOS**

POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

X

PROGRAMAS NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

**POLÍTICA
NACIONAL**

CONCEITO MAIS AMPLO

ENGLOBA OS PROGRAMAS NACIONAIS

X

**PROGRAMAS
NACIONAIS**

SÃO AS ESPÉCIES DA POLÍTICA NACIONAL

O PODER EXECUTIVO FEDERAL QUE OS INSTITUI

DIREITOS HUMANOS

RESPONSABILIDADE ESTATAL E OS DIREITOS HUMANOS

VERTENTES DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS:

1^a VERTEENTE

ÊNFASE NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A TUTELA PODE SER REQUERIDA PELO SIGNATÁRIO PARA A DENÚNCIA DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

INDIVIDUALMENTE, O DIREITO PODE SER PETICIONADO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS, COMO A ONU OU A OEA

SÃO DECLARAÇÕES IMPORTANTES: A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

2^a VERTEENTE

ÊNFASE NO DIREITO HUMANITÁRIO

O OBJETIVO É ASSEGURAR SEGURANÇA EM COMBATES MILITARES E BÉLICOS

NESSA VERTEENTE, O INDIVÍDUO QUE TEVE SEU DIREITO VIOLADO FIGURA NO POLO PASSIVO, ALÉM DE NÃO SER ADMITIDO QUE ELE PETICIONE O DIREITO LESADO

OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS SÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A CRUZ VERMELHA

O DOCUMENTO QUE MARCA ESSA VERTEENTE É O DIREITO DE GENEBRA

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR **DA LEI DE PROCESSO PENAL MILITAR E DA SUA APLICAÇÃO**

FONTES DE DIREITO JUDICIÁRIO MILITAR

ARTIGO NÃO
RECEPCIONADO
PELA CF

O PROCESSO PENAL MILITAR REGER-SE-Á PELAS
NORMAS CONTIDAS NESTE CÓDIGO, ASSIM EM
TEMPO DE PAZ COMO EM TEMPO DE GUERRA

SALVO LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE LHE
FOR ESTRITAMENTE APLICÁVEL.

DIVERGÊNCIA DE NORMAS

☞ NOS CASOS CONCRETOS, SE HOVER DIVERGÊNCIA ENTRE ESSAS NORMAS E AS DE CONVENÇÃO OU
TRATADO DE QUE O BRASIL SEJA SIGNATÁRIO, **PREVALECERÃO AS ÚLTIMAS.**

APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA

☞ APLICAM-SE, SUBSIDIARIAMENTE, AS NORMAS DESTES CÓDIGOS AOS PROCESSOS REGULADOS EM LEIS ESPECIAIS.

INTERPRETAÇÃO LITERAL

A LEI DE PROCESSO PENAL MILITAR DEVE SER INTERPRETADA
NO SENTIDO LITERAL DE SUAS EXPRESSÕES. OS TERMOS
TÉCNICOS HÃO DE SER ENTENDIDOS EM SUA ACEPÇÃO ESPECIAL,

SALVO SE EVIDENTEMENTE EMPREGADOS
COM OUTRA SIGNIFICAÇÃO

INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA OU RESTRITIVA

☞ ADMITIR-SE-Á A INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA OU A INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA, QUANDO FOR MANIFESTO,
NO PRIMEIRO CASO, QUE A EXPRESSÃO DA LEI É MAIS ESTRITA E, NO SEGUNDO, QUE É MAIS AMPLA, DO
QUE SUA INTENÇÃO.

CASOS DE INADMISSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO NÃO LITERAL

☞ NÃO É, PORÉM, ADMISSÍVEL QUALQUER DESSAS INTERPRETAÇÕES, QUANDO:

- A) CERCEAR A DEFESA PESSOAL DO ACUSADO;
- B) PREJUDICAR OU ALTERAR O CURSO NORMAL DO PROCESSO, OU LHE DESVIRTUAR A NATUREZA;
- C) DESFIGURAR DE PLANO OS FUNDAMENTOS DA ACUSAÇÃO QUE DERAM ORIGEM AO PROCESSO.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

INQUIRIÇÃO. LIMITE DE TEMPO

A TESTEMUNHA NÃO
SERÁ INQUIRIDA POR
MAIS DE 4 HORAS
CONSECUTIVAS

SENDO-LHE FACULTADO O DESCANSO DE MEIA HORA, SEMPRE QUE
TIVER DE PRESTAR DECLARAÇÕES ALÉM DAQUELE TERMO.

O DEPOIMENTO QUE NÃO FICAR CONCLUÍDO ÀS 18 HORAS SERÁ
ENCERRADO, PARA PROSEGUIR NO DIA SEGUINTE, EM HORA
DETERMINADA PELO ENCARREGADO DO INQUÉRITO.

NÃO SENDO ÚTIL O DIA SEGUINTE, A
INQUIRIÇÃO PODERÁ SER ADIADA PARA
O PRIMEIRO DIA QUE O FOR

SALVO CASO DE URGÊNCIA

PRAZOS PARA TERMINAÇÃO DO INQUÉRITO

O INQUÉRITO
DEVERÁ
TERMINAR
DENTRO DE

20 DIAS

SE O INDICIADO ESTIVER PRESO, CONTADO ESSE PRAZO A
PARTIR DO DIA EM QUE SE EXECUTAR A ORDEM DE PRISÃO

40 DIAS

QUANDO O INDICIADO ESTIVER SOLTO, CONTADOS A
PARTIR DA DATA EM QUE SE INSTAURAR O INQUÉRITO.

ESTE PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO POR MAIS 20 DIAS PELA AUTORIDADE MILITAR SUPERIOR,
DESDE QUE NÃO ESTEJAM CONCLUÍDOS EXAMES OU PERÍCIAS JÁ INICIADOS, OU HAJA NECESSIDADE
DE DILIGÊNCIA, INDISPENSÁVEIS À ELUCIDAÇÃO DO FATOS. O PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DEVE SER
FEITO EM TEMPO OPORTUNO, DE MODO A SER ATENDIDO ANTES DA TERMINAÇÃO DO PRAZO.

DILIGÊNCIAS NÃO CONCLUÍDAS ATÉ O INQUÉRITO

☞ NÃO HAVERÁ MAIS PRORROGAÇÃO, ALÉM DA PREVISTA ACIMA, SALVO DIFICULDADE INSUPERÁVEL, A
JUIZO DO MINISTRO DE ESTADO COMPETENTE.

☞ OS LAUDOS DE PERÍCIAS OU EXAMES NÃO CONCLUÍDOS NESTA PRORROGAÇÃO, BEM COMO OS DOCUMENTOS
COLHIDOS DEPOIS DELA, SERÃO POSTERIORMENTE REMETIDOS AO JUIZ, PARA A JUNTADA AO PROCESSO. AINDA,
NO SEU RELATÓRIO, PODERÁ O ENCARREGADO DO INQUÉRITO INDICAR, MENCIONANDO, SE POSSÍVEL, O LUGAR
ONDE SE ENCONTRAM AS TESTEMUNHAS QUE DEIXARAM DE SER OUVIDAS, POR QUALQUER IMPEDIMENTO.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

DA AÇÃO PENAL MILITAR E DO SEU EXERCÍCIO

PROMOÇÃO DA AÇÃO PENAL

A AÇÃO PENAL
É PÚBLICA

E SOMENTE PODE SER PROMOVIDA POR DENÚNCIA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR.

OBRIGATORIEDADE

A DENÚNCIA DEVE SER APRESENTADA
SEMPRE QUE HOVER:

- A) PROVA DE FATO QUE, EM TESE, CONSTITUA CRIME;
- B) INDÍCIOS DE AUTORIA.

DEPENDÊNCIA DE REQUISIÇÃO DO GOVERNO

NOS CRIMES
PREVISTOS NOS ARTS.
136 A 141 DO CÓDIGO
PENAL MILITAR

A AÇÃO PENAL; QUANDO O AGENTE FOR MILITAR OU ASSEMBELHADO, DEPENDE DE REQUISIÇÃO, QUE SERÁ FEITA AO PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, PELO MINISTÉRIO A QUE O AGENTE ESTIVER SUBORDINADO

NO CASO DO ART. 141 DO MESMO CÓDIGO, QUANDO O AGENTE FOR CIVIL E NÃO HOVER CO-AUTOR MILITAR, A REQUISIÇÃO SERÁ DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

COMUNICAÇÃO AO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

SEM PREJUÍZO DESSA
DISPOSIÇÃO, O
PROCURADOR-GERAL DA
JUSTIÇA MILITAR

DARÁ CONHECIMENTO AO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA DE FATO APURADO EM INQUÉRITO QUE TENHA RELAÇÃO COM QUALQUER DOS CRIMES REFERIDOS NESTE ARTIGO.